

ANÁLISE DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO SUBSIDIO PARA IMPLANTAÇÃO DA COLETA SELETIVA EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA PARAÍBA: UMA PROPOSTA DE GESTÃO

Vanessa Oliveira Fernandes Câmara (*); Waldjan Lima Mendonça; Maria Cristina Basílio Crispim da Silva e Gil Dutra Furtado.

* Secretaria Executiva de Meio Ambiente da Paraíba, vanessa.oliveirafernandes@gmail.com

RESUMO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída através da Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010, considera que os planos, no âmbito institucional, devem definir as condições pelas quais os objetivos principais da Política possam ser alcançados. O Governo do Estado da Paraíba através da *Secretaria de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia - SEIRHMACT*, concluiu no ano de 2014 o seu Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e vem implementando o referido Plano. Neste contexto, observa-se a necessidade de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados nos órgãos da administração pública, direta e indireta do Estado da Paraíba, conforme a Lei Estadual nº 9.293 de 2010. Compreendendo assim a coleta seletiva como um fator estratégico para a consolidação das Políticas em todas as suas áreas de implantação. Com o propósito de poder conduzir os trabalhos de implantação da coleta seletiva solidária na SEIRHMACT, este estudo de análise da percepção ambiental surge como subsídio contribuindo nas perspectivas de avanços no processo de gestão participativa desta instituição pública e justifica-se pela necessidade de melhor conhecer os pensamentos, anseios, conceitos e crenças dos funcionários em relação ao meio ambiente. Para isso serão analisadas as formas como os servidores se relacionam com o ambiente de trabalho, para dessa forma propor ações que sirvam para melhorar a sua percepção ambiental e assim mudar a sua postura, e poder contribuir de forma mais eficiente com a gestão de resíduos da Instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção Ambiental, gestão pública; coleta Seletiva.

ABSTRACT

The National Solid Waste Policy (PNRS), established through Law nº. 12,305 / 2010 and regulated by Decree nº. 7,404 / 2010, considers that the plans, within the institutional framework, should define the conditions under which the main objectives of the Policy can be achieved. The government of the State of Paraíba through the Secretary of State for Infrastructure, Water Resources, Environment and Science and Technology - SEIRHMACT, concluded in 2014 its State Plan for the Integrated Management of Solid Waste, and has been implementing the aforementioned Plan. In this context, it is necessary to manage the solid waste generated in the public administration organs, directly and indirectly in the State of Paraíba, according to State Law nº 9,293 of 2010. Understanding thus the selective collection as a strategic factor for the consolidation Policies in all its areas of implementation. With the purpose of being able to carry out the works of implantation of the selective collection solidary in the SEIRHMACT, this study of environmental perception appears like subsidy contributing in the perspectives of advances in the process of participative management of this public institution and is justified by the need to know better the thoughts, Desires, concepts and beliefs of employees in relation to the environment.

KEY WORDS: Environmental Perception, public Administration; selective collec

INTRODUÇÃO

O planejamento ambiental, em particular aquele voltado para o gerenciamento de resíduos sólidos nos estados e municípios da União, não constitui novidade. Em função dos esforços empreendidos, especialmente na última década, para obter resultados positivos nas políticas públicas ambientais, muitos estados e municípios, bem como os mais diversos empreendimentos, elaboraram seus planos de gestão e/ou gerenciamento de resíduos sólidos.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída através da Lei nº 12.305/2010 e regulamentada pelo Decreto nº 7.404/2010 tem no planejamento um dos principais instrumentos. Os planos

são a base para uma implementação positiva da política e a ferramenta que conduz o gerenciamento em bases mais sólidas e integradas.

Tanto a Lei quanto o Decreto consideram que os planos, no âmbito institucional, devem definir as condições pelas quais os objetivos essenciais da Política possam ser alcançados. Não é apenas na PNRS que os planos surgem como instrumento estruturador. Em verdade, o planejamento é um dos principais instrumentos da gestão (MILARÉ, 2013).

Neste contexto, observa-se o potencial norteador dos estudos de percepção ambiental, enquanto ferramenta de gestão, proporcionando o conhecimento dos pensamentos, anseios, conceitos e crenças dos atores envolvidos, em relação ao meio ambiente e ao instrumento da coleta seletiva, com o propósito de poder conduzir os trabalhos de elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos e implantação da coleta seletiva solidária nos diversos espaços públicos. Bem como utilizar estratégias compatíveis com as percepções de mundo existentes num determinado local (TUAN, 2012).

Um grande desafio é o pleno entendimento da concepção da Política Nacional, que é a responsabilidade compartilhada. Na base, a formulação envolve solidariamente todos os segmentos sociais, respeitando a natureza de cada ente, na tarefa de gerir adequadamente os processos de destinação dos resíduos sólidos, voltando-se também para o processo de geração. Para tanto, a aplicação desse conceito, implica a responsabilidade óbvia do poder público. E esse é um passo gigante que vai exigir sensibilidade e bons modelos de gestão, contando sempre com o engajamento de toda sociedade.

Neste sentido, para que o poder público possa agir no sentido de contribuir com a gestão dos resíduos, que tem de ser participativa, para que funcione, é necessário entender como as pessoas percebem essa problemática, para assim poder-se agir, capacitando, educando ou orientando onde há fragilidades na percepção ambiental. Estimulando um novo olhar, ampliando a percepção, convidando um novo modo de lidar com os resíduos, outrora considerado sujeira, imundície, restos desprezíveis das atividades humanas.

OBJETIVO

Este estudo objetiva compartilhar como a análise da percepção ambiental pode contribuir com o processo de implementação da coleta seletiva nas instituições públicas do Estado da Paraíba.

METODOLOGIA UTILIZADA

Diante do exposto, o Governo do Estado da Paraíba através da SEIRHMACT¹, concluiu no ano de 2014 o seu Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, mas o trabalho não se encerra nesta tarefa. Ainda é necessário a implementação do referido Plano.

Neste contexto, observa-se a necessidade de gerenciamento dos resíduos sólidos gerados nos órgãos da administração pública, direta e indireta do Estado da Paraíba, conforme preconiza a Lei Estadual nº 9.293 de 2010. É neste cenário que se inicia a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na SEIRHMACT. Instituição selecionada para compor o estudo ora apresentado.

- **Delimitação e caracterização da área de estudo**

Para o desenvolvimento do estudo foi selecionada a Secretaria de Estado da infraestrutura, dos recursos hídricos, do meio ambiente, ciência e tecnologia– SEIRHMACT- órgão da administração direta da Paraíba, situada na Av. Duarte da Silveira, S/N, Torre, João Pessoa – PB, sendo esta instalada na estrutura física do Departamento de Estradas e Rodagens da Paraíba – DER (Fig. 1). A instituição dispõe de 306 servidores mais 12 auxiliares de serviço, contratados terceirizados para atividades de zelo e limpeza da instituição.

A SEIRHMACT foi selecionada por ser a instituição responsável pela formulação de políticas públicas ambientais no âmbito da administração pública estadual. Neste contexto, a contribuição da pesquisa para as

¹ SEIRHMACT – SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS, DO MEIO AMBIENTE, DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

futuras implementações são de extrema relevância na perspectiva de ampliar as discussões entre os servidores da instituição e utilizar como experiência inicial para as demais instituições estaduais.



Figura 01: Sede e estrutura física da SEIRHMACT. **Fonte:** DER, 2015(Acervo institucional)

- **Métodos e técnicas**

O estudo é exploratório e descritivo, caracterizando-se, portanto, em uma pesquisa qualitativa. Os métodos qualitativos proporcionam maior flexibilidade na relação entre os pesquisadores e os atores sociais participantes, oferecendo uma maior riqueza de detalhes. De maneira constante, realizar-se-á revisão bibliográfica sobre os temas em estudo.

O estudo foi proposto e recebido satisfatoriamente na instituição, sendo possível contar com a aprovação dos líderes de gestão. Encontra-se em fase de execução, utilizando-se os seguintes procedimentos metodológicos:

Para o levantamento de dados utilizar-se-ão quatro procedimentos básicos: Observação participante, uma vez que a candidata pertence ao quadro de técnicos da instituição estudada, análise de documentos; entrevistas e a história oral dos atores sociais envolvidos (GIL, 2010).

Para tanto, as entrevistas dar-se-ão através da técnica de Grupo Focal, em que as interações entre os participantes de um grupo ao se discutir um ou mais tópicos sugeridos pelo pesquisador, propiciará a coleta de dados e informações. Dessa forma serão formados grupos com os atores sociais para relatar as suas experiências e percepções sobre o ambiente proposto (MARCONI E LAKATOS, 2015).

A técnica de Grupo Focal será o meio pelo qual se pretende perceber dos atores participantes as relações estabelecidas com o ambiente selecionado enquanto processos de relação ser humano/natureza, extraindo destes atores as percepções acerca da temática discutida. De acordo com LAKATOS, MARCONI (2015. p.45), essa técnica “é eficiente para o levantamento de dados, pois um número pequeno de grupos pode gerar um extenso número de ideias sobre as categorias do estudo desejado”, considerando que as “pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-la em sua totalidade” (p.46).

Por essa razão pretende-se trabalhar com amostras, ou seja, uma parte dos elementos que compõem o universo. Assim, espera-se utilizar o tipo de amostragem por acessibilidade. Conforme explica Gil (2010. P.87) “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo”. Sendo muito comum este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, em que não é requerido níveis de precisão.

Desta forma, além do levantamento de dados, anseia-se proporcionar aos participantes momentos de reflexão sobre o seu papel como integrante do meio e agente dinamizador de mudanças, como bem ressalva MEDINA (2009), “a Educação Ambiental deve favorecer processos que permitam que os indivíduos e os grupos sociais ampliem a sua percepção e internalizem, conscientemente, a necessidade de mudanças”.

Para tanto, este estudo irá considerar as narrativas decorrentes das vivências sendo as mesmas interpretadas através da técnica de Análise de Conteúdo (AC), que consiste em um conjunto de técnicas de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo apresentado nas comunicações, tem por objetivo a interpretação destas mesmas comunicações (BARDIN, 2009). E utilizará as concepções de meio ambiente classificadas por SAUVÉ (2005).

Resultados esperados

Espera-se que esta proposta resulte em uma contribuição para a elaboração e a implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos dentro da Secretaria de Meio Ambiente, SEIRHMACT – PB, que também contribua de forma significativa com formação continuada dos servidores afim de que gerenciem corretamente seus resíduos, que também ajude na propagação destes mesmos atos educativos dentro dos demais órgãos do estado, que ainda contribua com a inserção dos trabalhos dos catadores de materiais recicláveis, através de parcerias entre os órgãos e as associações, para que os resíduos sólidos descartados nas instituições públicas sejam coletados por eles. Entretanto, a tônica dessa proposta também reside na institucionalização do estudo de percepção ambiental enquanto instrumento de gestão ambiental, consagrando-se como ferramenta empregada para atingir os objetivos institucionais e conhecer melhor o raciocínio ambiental do público estudado.

Considerações

No cenário aqui exposto, os órgãos e entidades públicas devem preparar e estruturar os seus planos de gerenciamento para: “dar o exemplo” e atender às expectativas da sociedade, bem como oportunizar um melhor controle da destinação adequada dos resíduos pelo gerados pelas instituições do poder público; dar continuidade e arrematar o disposto na Política nacional de resíduos sólidos e legislação correlata; minimizar os custos operacionais através do reaproveitamento de materiais; moderar os impactos ambientais; suavizar a desigualdade social.

Neste sentido, o mais certo é que o órgão estadual responsável pela formulação de políticas públicas ambientais haja com prudência e seja modelo para as demais instituições públicas no âmbito da gestão estadual. Apesar do estudo estar em andamento, já é possível perceber que com as provocações cognitivas e os diálogos proporcionados pelo levantamento da percepção, através de uma metodologia participativa, há uma intensa mudança comportamental entre os servidores em busca de melhor gerirem seus resíduos gerados no espaço de trabalho. Assumindo a responsabilidade enquanto gerador de resíduos e contagiando os demais colaboradores com práticas ambientalmente saudáveis. O que considera-se muito positivo dentro do contexto do manejo adequado de resíduos sólidos dentro das instituições públicas estaduais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 Jul. de 2016
2. _____. Lei n. 12.305 de 02 de Agosto de 2010. **Institui a política nacional de resíduos sólidos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em: 31 Jul. de 2016
3. _____. Decreto Federal n. 7.404 de 23 de Dezembro de 2010. **Regulamenta da lei n. 12.305/2010**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm Acesso em: 31 Jul. de 2016
4. _____. Decreto Federal n. 5.940 de 25 Out. de 2006. **Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e**

- indireta.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm Acesso em: 30 Jul. de 2016
5. PARAÍBA. **Plano Estadual de gestão integrada de resíduos sólidos.** João Pessoa, A União, 2014.
 6. _____. Lei Estadual n. 9.293 de 22 de Dezembro de 2010. **Institui o programa de beneficiamento de associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis da paraíba com a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta.** Disponível em: <http://www.al.pb.gov.br/leis-estaduais> Acesso em: 01 Ago. de 2016.
 7. BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2009.
 8. GIL, A. C. **Como elaborar projetos de Pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.
 9. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados;** Ed. 7. Editora: Atlas, São Paulo. 2015.
 10. MEDINA, N. M. **Questões Socioambientais e Educação** 2009, Disponível em: docplayer.com.br/10325956 Acesso em: 18 Dez. 2017
 11. SAUVÉ, L. **Educação ambiental: possibilidades e limitações.** Revista USP. V. 31, n. 2. 2005 Disponível em: <http://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/sauve-ea-possibilidades-limitacoes-meio-ambiente---tipos.pdf> Acesso em: 11 Dez. 2016.
 12. MILARÉ, E. **Direito do ambiente: a gestão ambiental em foco.** 7. ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais. 2013.